



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO: CENÁRIO REGIONAL, DESAFIOS ENCONTRADOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

LÍZIAN MARIA SILVA MARTINS¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo trazer os elementos gerais da pesquisa intitulada “*O Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres no Campo: Análise das Percepções de Trabalhadoras Rurais em Posição de Liderança em Municípios do Vale do Jequitinhonha*” do Programa de Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O objetivo da pesquisa analisou as percepções de trabalhadoras rurais sindicalizadas, em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha, acerca da realidade da violência doméstica contra as mulheres, identificando os desafios e possibilidades para o enfrentamento a essa questão. Como procedimento metodológico foi realizada a aplicação de entrevista semiestruturada com nove trabalhadoras rurais da região.

Palavras-Chave: Violência, mulheres, trabalhadoras rurais, Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT: This article aims to present the general elements of the research entitled “*Confronting Domestic Violence Against Women in The Countryside: Analysis of the Perceptions of Rural Workers in Leadership Positions in Municipalities in the Jequitinhonha Valley*” from the Master's Program in Rural Studies at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM). The objective of the research was to analyze the perceptions of unionized rural workers in leadership positions in municipalities in the Jequitinhonha Valley about the reality of domestic violence against women, identifying the challenges and possibilities for confronting this issue. As a methodological procedure, a semi-structured interview was carried out with nine rural workers from the region.

Keywords: Violence, women, rural workers, Jequitinhonha Valley.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a violência doméstica contra as mulheres no campo, destacando o cenário regional do Vale do Jequitinhonha, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento construídas pelas trabalhadoras rurais. A investigação busca

¹ Assistente Social e Mestre em Estudos Rurais pela UFVJM. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Araçuaí. Assessora Parlamentar do Mandato do Deputado Estadual Jean Freire. Membro da coordenação dos Fóruns Regionais de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio e Baixo Jequitinhonha. Militante do Movimento Brasil Popular. Membro do Coletivo de Mulheres na Política de Araçuaí. E-mail: lizianmaria@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8458505120991386>.



compreender as percepções de mulheres sindicalizadas que ocupam posições de liderança em seus territórios, abordando como o patriarcado, o racismo e a desigualdade de gênero estruturam as relações sociais e influenciam a reprodução da violência nas comunidades rurais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, e utiliza como procedimento metodológico a aplicação de entrevistas semiestruturadas com nove trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha, cujas narrativas permitiram compreender dimensões subjetivas e estruturais da problemática estudada.

O trabalho está estruturado em três seções principais. A primeira discute os fundamentos teóricos da violência de gênero a partir das contribuições de autoras como Silvia Federici, Mirla Cisne, Heleith Saffioti e Audre Lorde, articulando as categorias patriarcado, racismo e classe social. A segunda analisa as percepções das entrevistadas acerca da violência doméstica e dos desafios de enfrentamento no campo. Por fim, a terceira seção apresenta as estratégias de resistência e protagonismo das trabalhadoras rurais, evidenciando o papel político das mulheres na luta pela autonomia, pela efetivação de políticas públicas e pelo fortalecimento das redes de apoio às vítimas de violência.

PATRIARCADO E RACISMO COMO ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Temos a análise de que a violência contra as mulheres é uma questão secular que possui raízes profundas, complexas e históricas. Para uma melhor compreensão do fenômeno da violência é necessário compreender o patriarcado e o racismo como elementos estruturais do sistema capitalista, pautando na sociedade de classes, baseado na desigualdade social, que também é permeada por uma desigualdade de raça e de gênero.

Antes de analisar os elementos da formação sócio-histórica brasileira, traremos alguns elementos centrais da análise da categoria patriarcado a partir das contribuições de Silvia Federici, Mirla Cisne, Audre Lorde e Heleith Saffioti.

Esse processo de desvalorização e muitas vezes de invisibilidade do trabalho doméstico foi fundamental para a constituição do capitalismo, que soube apropriar muito bem do trabalho das mulheres. Sendo assim, no feudalismo não se tinha a divisão sexual do trabalho nestes moldes, de



separação das tarefas de âmbito privado como competências exclusivas das mulheres e as de âmbito público somente para os homens. Somado ao fato que neste período as tarefas de cuidados da casa, dos filhos e da lavoura eram valorizadas e vistas como fundamentais para a reprodução da vida social no feudo. O que não quer dizer que não havia outras práticas de dominação e de violência.

Tendo em vista o cenário de formação inicial do capitalismo europeu, que na sua fase primária é denominada de Acumulação Primitiva, a autora aponta que:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a ‘raça’ e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe da formação do proletariado moderno (Federici, 2017, p. 119).

Esse processo da acumulação primitiva se gestou através das várias formas de violência, expropriando terras, riquezas e a própria vida das mulheres e de homens, não podendo desconsiderar os marcadores estruturais, das relações de gênero, de raça e geracional. E nesse aspecto Federici (2017) dá uma contribuição ímpar, trazendo elementos para analisar esse contexto da acumulação primitiva, para além da análise marxiana do desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou a produção de mercadorias e a conformação do trabalhador fabril, mas sim, sob o ponto de vista da posição social das mulheres e da produção de trabalho delas. Esse contexto gerou a necessidade que o capitalismo teve de apropriar do trabalho doméstico como um trabalho “naturalmente” não remunerado, aumentando a dependência das mulheres.

Nesse sentido, a categoria da Divisão Sexual do Trabalho é um elemento fundante para a manutenção do patriarcado para a reprodução das relações de sociais de poder, com a dominação e exploração das mulheres. Na qual Cisne (2012) aponta:

[...] A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas (Cisne, 2012, p. 110).

Para a sustentação dessa realidade de dominação é fundamental compreendermos que a sociedade capitalista é sustentada por três desigualdades básicas: 1) a desigualdade social, entre pobres



e ricos; 2) a desigualdade étnico-racial, entre não-brancos² e brancos e; 3) a desigualdade de gênero, entre homens e mulheres. Essas relações se correlacionam construindo dominações de múltiplas dimensões. Temos várias interpretações teóricas para explicar o entrelaçamento dessas dimensões, no trabalho citamos: interseccionalidade, consubstancialidade e o Nó, todas elas são elaborações para explicar a importância de analisar a sociedade sobre todas as dimensões, sem estabelecimento de hierarquias de opressão.

Nesse sentido, Lorde (2019) tem uma afirmação muito relevante sobre a interligação entre as dimensões opressoras de gênero, raça e classe, quando afirma que:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (Lorde, 2019, p. 236).

Ao analisar a formação social do Brasil no período colonial em que se gestou o sistema do escravismo, sustentado pelo processo de escravização e objetificação do negro e pelo regime de exploração das riquezas para exportação, constata-se que o papel da população negra ocupou centralidade. Sendo assim, torna-se fundamental considerar as particularidades das mulheres negras brasileiras, ainda mais levando em consideração que nós, povo brasileiro, fomos formados a partir de relações sexuais violentas – estupro – de homens europeus com mulheres indígenas e negras.

As marcas da opressão racial no Brasil Colônia foram questões estruturantes para a formação social do nosso país, imprimindo elementos determinantes na conformação do povo brasileiro, na sua cultura e na construção das relações sociais. Um pilar fundamental para a manutenção do racismo no Brasil foi (e ainda é) a sustentação do mito da democracia racial, que consistia na reprodução de um imaginário social de que não havia preconceito racial no Brasil. Ao mesmo tempo utilizando de mecanismos culturais, religiosos, científicos, morais e jurídicos para reforçar um ideal de inferiorização da população negra, pela veiculação hegemônica do ideal da branquitude. Essa visão hegemônica cria historicamente obstáculos complexos e desafiadores para o enfrentamento do racismo no Brasil, já que as práticas racistas são escamoteadas, não sendo encaradas como um problema da desigualdade racial e social. A construção dessa visão sustentada pelo mito da

² Compreendemos que as desigualdades étnico-raciais envolvem os povos negros, indígenas, dentre outros, porém vamos analisar mais diretamente as desigualdades com o povo negro em sua diversidade.



democracia racial constituiu um “racismo à brasileira”, um país com uma desigualdade social gigantesca, que negava a sua realidade concreta, evitando “tocar o dedo na ferida”.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ANÁLISE TEÓRICA E A VISÃO DAS ENTREVISTADAS

Primeiramente destacamos que as mulheres sofrem violência ao longo dos séculos, expressas das mais variadas formas e nos diversos espaços. Violências que vão desde a apropriação do seu corpo, dos seus saberes e da sua sexualidade, atravessando a violência moral imposta pelos valores e princípios da família monogâmica e pela autoridade paterna, até as violências no âmbito do trabalho e na esfera doméstica. Acrescido a situação das mulheres negras que tiveram as particularidades de uma brutal violência sexual, física e psicológica durante o período da colonização até a atualidade.

Nesse sentido, a violência doméstica sofrida pelas mulheres é uma expressão desse sistema de dominação-exploração, que não está deslocada de todo um processo histórico violento e do fato da violência ser um elemento constante no processo da formação social brasileira.

A violência doméstica contra as mulheres é uma questão de toda a sociedade, sendo uma das principais manifestações das desigualdades de gênero que são frutos do patriarcado. Para Saffioti (2015, p. 90),

a violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização (Saffioti, 1997c). O que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina.

A colocação da autora nos suscita à reflexão de três elementos basilares que permeiam a violência doméstica: a relação de codependência, a frequência cotidiana e os aparatos morais que legitimam.

A situação de dependência aqui, ainda, se dá em outros níveis, dizendo respeito à falta de autonomia e às dificuldades em conseguir superar o ciclo da violência. Aqui entendido enquanto, o contexto de violência que a mulher está inserida, na qual ela tem a esperança de que o marido vai mudar de comportamento, quando ele se diz arrependido após cometer práticas violentas, e com o passar do tempo, ele torna a ter as mesmas condutas, e depois se arrepende e ela torna perdoar/aceitar



e assim ciclo se retroalimenta. Por isso, a característica da rotina, a violência é constante e repetitiva, podendo variar ou combinar os tipos, física, moral, psicológica, sexual, patrimonial, gerando uma naturalização do fenômeno por uma parcela da sociedade.

A violência doméstica por fazer parte do cotidiano e se constituir como um tipo de violência familiar, assumindo a particularidade de ser praticada por pessoas próximas, na qual, se estabeleceram relações afetivas. O que apresenta dificuldades para as mulheres superarem, pois envolve um leque de fatores emocionais, familiares, financeiros, acrescido de toda a carga moralista, reproduzida pela sociedade. Em que se manifesta desde a naturalização da conduta machista, a aceitação da violência pela mulher até as interferências e/ou influências de familiares, amigos e das religiões em reproduzir essas concepções em relação ao comportamento dos homens e das mulheres diante das situações de violência.

Em relação a problemática da violência as entrevistadas trazem apontamentos centrais para a nossa análise:

Então, antes, há trinta anos era muita, a violência é que afetava no meu ponto de vista, a violência, que afetava mais as mulheres, era sexual e psicológica. Porque se a mulher falava eu não quero, tinha que dar. E ali vinha a psicológica, que era cê é feia, cê é porca, junta traição e outras coisas, né?... Hoje não, hoje é tudo isso e o fim da vida. É o que eu to vendo (Entrevistada 1).

O relato da entrevistada remete à reflexão sobre crime de estupro é uma prática violenta histórica, principalmente ao considerarmos as violências sexuais que as mulheres negras sofrem desde o período colonial no Brasil, na qual, nos permite afirmar que o nascimento e a formação do povo brasileiro advêm de práticas de estupro das mulheres negras e indígenas. Um dos grandes desafios é o estupro cometido dentro da relação conjugal ser visto como violência, como crime, ainda mais considerando o que o machismo impõe historicamente como uma obrigação para a mulher a satisfação sexual do marido.

Além desses elementos a entrevistada pontua “hoje é tudo isso e o fim da vida”, o que traz muitos apontamentos para a reflexão acerca dos crimes de feminicídio, consumados ou tentados, em que houve outros relatos nesse sentido:

[...] É nós já tivemos relato de um cara que matou uma mulher, tinha quatro filhos, numa comunidade aqui próximo de nós, [...] matou a mulher, enterrou nas bananeiras, né, e saiu caçando, perguntando os vizinhos, se num tinha visto a esposa não, que a mulher tinha sumido, os menino chorando, ainda xingando a mulher que não sabe pra onde a mulher foi



que deixou os filhos com ele, que ele tinha que trabalhar, e no entanto, ela estava enterrada embaixo na beira de um córrego numas bananeiras (Entrevistada 1).

Além da perversidade do crime de assassinato, o criminoso comete violência moral, buscando afetar a honra e imagem da mulher perante a comunidade, como se ela tivesse abandonado a família, os filhos e a casa. Ao mesmo tempo, sendo uma tática usada por alguns agressores, para buscar diminuir as suspeitas que ele estivesse por detrás do desaparecimento da mulher, consequentemente das suspeitas de crime feminicídio.

Outro relato que traz situações de tentativa de feminicídios:

[...] Recentemente mesmo, teve um casal aqui, eles têm quatro filhos, e o marido já vinha ameaçando a esposa, eu nem sabia, depois que ela separou que ela me mandou um áudio falando porque que ela saiu da comunidade e por qual motivo e ela disse que quando amanheceu o dia, no domingo, isso não tem trinta dias, foi bem recente. Ele falou assim: Olha, hoje eu vou te matar e vou sair na moto e você vai ficar morta aí na frente de seus filhos e ninguém vai me encontrar. E aí, diz ela que os filhos, os meninos começaram ficar em pânico as crianças, da forma que ele falou na frente dos meninos, e aí ele saiu pra ir fazer alguma coisa, e os meninos falou assim: mãe, vamos embora, porque se não a senhora vai morrer e vamos dar um jeito, vamos embora enquanto ele saiu. As crianças estavam em pânico e aí ela foi procurar ajuda, não sei com quem ainda, mas ela conseguiu um transporte pra ela sair daqui da comunidade, ela foi pra outra cidade, ela ta lá em águas vermelhas na casa de uma irmã, só que aí ele não aceitou que ela saiu de casa, ele foi, arrumou um táxi e foi lá atrás dela. Quando chegou lá ele enfrentou, foi pra bater nela e ainda bem que eles chamaram a polícia e aí a polícia veio e conteve ele e fez ele voltar pra trás, e ele ta aqui na comunidade (Entrevistada 2).

Um caso que expressa também o sofrimento dos filhos que presenciam cenas de violência acometida contra a mãe, crianças e/ou adolescentes que mesmo em situação de pânico conseguem ajudar e alertar a mãe.

Para enfrentarmos essa problemática da violência é indispensável o trabalho em rede, com o objetivo de fortalecer as ações de prevenção, combate, assistência/acompanhamento e garantia dos direitos, primando pela qualificação dos atendimentos ofertados pelos órgãos públicos. No entanto, temos um grande desafio que é o acolhimento das mulheres em situação de violência. Nesse sentido, uma entrevistada faz a seguinte colocação:

[...] o gargalo no Vale do Jequitinhonha é a falta da acolhida para essas mulheres, a falta do apoio, a falta do amparo. Enquanto não tiver as casas de acolhida, uma equipe que de fato esteja preparada como profissional, como pessoa para acolher esse público, eu acho que isso tende só a aumentar. [...] Então tem tipo de violência que se você for fazer a denúncia, você vai passar por chacota por todo mundo, porque na visão social não é violência porque passou a ser tão comum, que não é violência. E na zona rural não tem essa ainda de



que em briga de marido e mulher, eu meto a colher sim! Não, o problema da família de fulano, é de fulano, eu sou ciclano, eu não tenho nada a ver (Entrevistada 8 - grifos nossos).

Temos vários desafios no que refere a qualidade dos serviços prestados, mas identificamos relatos de maiores reclamações acerca dos serviços de segurança pública, como é apontado nos depoimentos seguintes, sendo o primeiro referente ao atendimento prestado pela Polícia Militar:

[...] Aí um dia eu conversando com ela, ela falou assim: pergunta pra polícia se eu posso fazer uma denúncia anônima, falei porque você quer fazer uma denúncia anônima? Ela foi e falou assim, uma pergunta: como é que eu vou ficar assegurada se eu for lá falar pra eles? Mas tem aqueles táticos móveis que fica na rua né. Eu fui perguntar isso a um policial aí eu falei assim: eu gostaria de uma informação, é, me dá uma informação sobre violência. Aí ele tava num bate papo, ele não tava atendendo, porque eu já tava ali esperando ele resolver a situação, mas ele tava conversando sobre o cotidiano deles ali. **ele só falou assim: volta depois de uma hora que eu tô terminando de conversar mais fulano aqui. Beleza. Volta daqui a uma hora**, falei: mesmo sendo sobre violência contra a mulher, ele: sim, volta daqui uma hora. Aí então daqui uma hora, vidas podem ser perdidas. Daqui a um minuto, aquele grito de socorro não pode existir mais, **os nossos gritos de socorros das nossas mulheres tanto da cidade quanto do campo, eles estão silenciados, porque, é, a segurança, os meios que a gente tem para pedir socorro, eles não estão nos ouvindo** (Entrevistada 5 – grifos nossos).

Essa questão do atendimento policial representa um desafio para o enfrentamento à violência contra as mulheres e, sobretudo, contra as negras. Essa percepção da entrevistada 5 ecoa um problema cotidiano que as mulheres enfrentam: falta de segurança para fazer a denúncia. Isso advindo de vários fatores, narrados pelas trabalhadoras rurais, dentre eles, a questão do sigilo profissional, principalmente em casos que o policial tem contato/proximidade com o agressor, gerando a falta de confiança por parte da vítima.

É importante refletirmos sobre o conceito de enfrentamento nesta área da violência doméstica, tomando como referência o documento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República de 2011, o conceito de enfrentamento diz respeito

[...] à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de



enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres (Brasil, 2011).

No cotidiano, percebemos como recorrente o discurso em relação ao aumento da punidade dos agressores, como a única ou até mesmo a principal resposta para combater a violência. No entanto, temos a plena certeza que para enfrentar o fenômeno da violência não basta isso. É fundamental entender que as ações de prevenção, assistência, e de promoção/garantia dos direitos têm que ser encaradas como diretrizes norteadoras³ para o enfrentamento à violência assim como a dimensão do combate.

Desta forma, passos fundamentais para isso se dão ao resgatar as memórias das lutas e romper com o silêncio e a invisibilidade. O que é reafirmado por Lima (2013), ao demarcar que, [...] a memória dos que foram silenciados, àqueles que, resistindo à violência e à segregação, nos dizem que é necessário rever a história, narrar o que foi silenciado, para construir outro porvir. Que os sons aqui retratados possam fazer emergir outras narrativas. (Lima, 2013, p.6).

Para semear, plantar e colher essas outras narrativas se torna primordial a construção da luta feminista como estratégia de rompimento com o patriarcado cotidianamente, na busca pelo esforço de cultivar relações de gênero mais saudáveis e respeitosas e na formação de uma consciência crítica que não reproduza padrões de dominação. Tendo como centralidade, que a luta feminista só avança quando caminhada junto com a luta antirracista, por isso, as contribuições do feminismo negro é imprescindível para o movimento feminista. Na pesquisa dialogamos com contribuições teóricas de autoras que trazem elementos da luta feminista e do feminismo negro.

TRABALHADORAS RURAIS COMO PROTAGONISTAS DA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

³ Na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011), são estabelecidos como eixos estruturantes da política: 1) Prevenção: ações educativas e culturais que foquem nas mudanças de valores. Rompa com a cultura do silêncio; 2) Combate: ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; 3) Assistência: criar serviços especializados. Fortalecimento da rede e capacitação dos agentes públicos; 4) Acesso e garantia de direitos: Iniciativas no âmbito das diversas políticas públicas a fim de contribuir no empoderamento das mulheres. Ou seja, um entendimento integrado das diretrizes de atuação de caráter nacional para ser seguido pelos estados e municípios brasileiros.



No que refere à luta das mulheres do campo, um movimento expressivo é a Marcha das Margaridas, inspirado na história de vida de Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983 na Paraíba, por conta da sua trajetória de enfrentamento ao latifúndio e de luta pela terra.

A Marcha das Margaridas teve início no ano 2000, tendo a sua 6^a edição em agosto de 2019, sendo organizada pela CONTAG em parcerias com diversas organizações de mulheres e entidades que tem atuação no meio rural. O processo de luta da Marcha das Margaridas contribuiu significativamente para a construção de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas⁴ e para a pactuação de uma agenda política com diálogo direto junto ao governo federal, que tornou mais desafiador após o golpe de 2016.

Processos de lutas como este da Marcha das Margaridas possibilitou as mulheres rurais, atuarem de forma unificada em várias regiões do país, pautando políticas públicas específicas para a população que vive no campo, envolvendo as áreas da saúde, da previdência social, da agricultura familiar e das políticas em defesa da autonomia das mulheres e pelo enfrentamento à violência. Essa trajetória construída possibilitou às trabalhadoras rurais serem pioneiras na construção das políticas públicas para as mulheres, em várias regiões do Brasil, o que não foi diferente na região do Vale do Jequitinhonha.

Para a composição desse cenário da violência, um elemento recorrente, que tende a agravar, e tornar mais frequentes as práticas violentas é uso de bebidas alcoólicas por parte do agressor e algumas vezes também por parte da vítima. A questão do alcoolismo esteve presente principalmente nos relatos das percepções de quatro das entrevistadas, que destacaram o quanto as práticas do referido vício, é presente na rotina de parte significativa dos homens que comentem violência. Isso a partir do território de vivência das entrevistadas.

Ao correlacionar a problemática da violência no meio rural e no perímetro urbano, a maioria das entrevistadas colocam que na cidade a violência é mais visível, mais “transparente”, mais acessível aos meios de denúncia e aos órgãos de atendimento. Duas das entrevistadas acreditam que o tipo de violência que mais acontece no campo é a psicológica e na cidade é a física, e que

⁴ A identidade “mulheres do campo, da floresta e das águas” esteve presente nos processos de construção e mobilização da Marcha das Margaridas, buscando envolver para além das mulheres que vivem nas comunidades rurais e assentamentos, mas também as mulheres indígenas e ribeirinhas que residem na região Amazônica e em territórios da região norte do país.



consequentemente, as práticas de assassinatos (tentados ou consumados) tendem a acontecer mais na cidade. Somado a esse processo, o acesso para denunciar e as formas de apoio, no campo, é ainda mais desafiador.

No arsenal das contribuições acerca do cenário da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, uma das entrevistadas traz um apontamento que reforça a dimensão estrutural da violência presente nas relações sociais dos seres humanos, ao considerar que

[...] é o seguinte, na minha visão, a violência doméstica, a violência contra a mulher, ela é crônica, ela existe né de longas datas e quando se fala que ela aumentou, a minha visão é o seguinte. **Aumentou foi a queda das máscaras.** Ela sempre esteve em um nível muito elevado, só que com a informação chegando à população, as pessoas vão se encorajando, então, aumentou foi as denúncias, as descobertas da violência (Entrevistada 8).

A entrevistada 8 deixa claro que a violência existe historicamente e o que foi perceptível é o crescimento do que ela denomina de “aumento da queda das máscaras”. Ou seja, temos ao longo das últimas décadas várias lutas e construções de movimentos sociais que pautam o enfrentamento ao machismo e o patriarcado, batalhando por direitos específicos das mulheres, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na desconstrução da visão conservadora sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, como também da concepção de família e do matrimônio. E esse é um trabalho permanente e cotidiano.

Um dos objetos centrais da pesquisa foi identificar os principais desafios para o enfrentamento à problemática da violência contra as mulheres no campo. Esses desafios são sistematizados nos seguintes pontos: 1) Diagnóstico do cenário da violência doméstica no campo; 2) Desmonte das políticas públicas; 3) Falta de apoio para atuação; 4) Capacitação para a rede; 5) Organizar as redes municipais; 6) Criação dos Conselhos; 7) Contexto da pandemia da COVID; 8) Aplicabilidade da Lei M^a da Penha; 9) Distanciamento das localidades; 10) Atendimento não humanizado; 11) Condições do trabalho preventivo em rede; 12) Necessidade um lazer/uma ocupação; 13) Orientação e formação para as mulheres; 14) Medo e Isolamento; 15) Encorajamento das mulheres; 16) As mulheres procurarem ajuda; 17) União e cooperação entre as mulheres; 18) Empoderamento/valorização das mulheres; 19) Penalização do agressor; 20) Conscientização e trabalho preventivo em relação ao Alcoolismo; 21) Trabalho de conscientização com os homens e com agressores; 22) Condições dignas de trabalho e renda.



Dentre o universo dos principais desafios apresentados compreendemos que a organização e articulação das redes municipais de enfrentamento à violência é uma questão basilar para o desenvolvimento do trabalho, pois esse passo possibilita a construção do fluxo de atendimento, para aperfeiçoar a oferta dos serviços destinados às vítimas e ampliar as informações para as mulheres que sofrem violência.

Com o processo de articulação das redes que se organizam também nas esferas nacionais, estaduais e regionais, contribui diretamente para discutir a necessidade de um atendimento humanizado, a construção dos conselhos e a realização de capacitações. Nessa linha de análise uma das trabalhadoras rurais entrevistadas pontua:

[...] é fortalecer as redes, né, as redes municipais, [...] organizando os conselhos e nem todo município já constituiu novo conselho de direito da mulher. Eu acho que o maior desafio que nós estamos encarando agora, é organizar as redes municipais pra gente junto com eles, a gente fazer esse trabalho coletivo sabe? [...] **Então o maior desafio no momento é primeiro: tem que fortalecer as redes, municipais, criar os conselhos em todos os municípios** (Entrevistada 4 – grifos nossos).

Além de reafirmar a necessidade do fortalecimento dos conselhos e da criação dos conselhos, a entrevistada ressalta a necessidade de construir esses mecanismos na amplitude dos municípios, dessa forma, extrapolando um olhar somente local e demarcando uma visão regionalizada. As redes municipais fortalecidas contribuem para a construção de capacitações dos profissionais da rede, que devem acontecer de forma continuada, envolvendo conteúdos técnicos sobre a oferta da escuta acolhedora, dos encaminhamentos exigidos perante o atendimento do caso; como também da utilização de abordagem despida de preconceitos, julgamentos e culpabilizações. Lembrando que isso é um exercício permanente de desconstrução.

Em relação às especificidades do campo, destacam-se dois desafios principais: a necessidade da construção de um diagnóstico da violência doméstica contra as mulheres no campo, que possa caracterizar e elucidar as dimensões quantitativas e qualitativas desse fenômeno; que auxilie a construção de políticas públicas e a organização da atuação das redes, para avançar no enfrentamento à violência no meio rural. O outro desafio muito presente no relato das entrevistadas diz respeito, o descolamento e/ou oferta dos serviços até as mulheres em suas localidades.



Sobre a construção do diagnóstico situacional da violência contra as mulheres no campo, a entrevistada 1 ressalta que

[...] As dificuldades, primeiro é a gente conseguir fazer o diagnóstico, uma, segundo a gente ter o apoio dos órgãos de competência que tem autonomia para fazer isso junto com a gente. Não alcança o campo, não adianta, que não alcança! Outra coisa, conscientizar esse pessoal, primeiro, porque o campo ele é muito dominado pelo álcool. E uma mente alcoolizada, ela não pensa, ela age! Então esses são os desafios, primeiro, é ter esse diagnóstico, a gente vai bater na tecla! Não porque não existe, é porque eles não vão falar. Voltando lá atrás, por que eles não vão falar? Por medo! Não pensa você que o medo não existe, porque existe! E muito grande. E de agora para frente essa situação vai ficar muito pior, pela fome, pelo desemprego. Agora mesmo nessa pandemia, quantas e quantas mulheres violentadas, estão caladas, porque não tem como sobreviver (Entrevistada 1 – grifos nossos).

O depoimento da entrevistada ressalta que a ausência desse diagnóstico é resultado não somente da falta de prioridade os órgãos públicos, uma vez que os relatórios anuais com estatísticas nacionais dos registros de violência contra as mulheres nas instituições de segurança pública, tanto a nível nacional (Anuário Brasileiro de Segurança Pública) e a nível estadual (Diagnóstico Semestral da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) não possuem recorte de registros específicos do perímetro rural. Como também por conta de todo silenciamento que ainda existe no campo, acrescidos de demais fatores como o alcoolismo, o desemprego, a fome e do distanciamento dos serviços de atendimento à mulher no meio rural.

Em relação ao acesso das mulheres aos serviços de atendimento, seja por meio do deslocamento dos referidos órgãos de atendimento até as mulheres rurais, ou pela acessibilidade destas para dirigirem até esses serviços, duas entrevistadas apontam aos seguintes relatos:

[...], por exemplo, na zona rural, se existir uma violência lá, até que fazer esse boletim de ocorrência, e que esse policial dá de chegar lá, se tiver de matar já matou, então o maior desafio também que eu acho é isso, é a distância, até que eles vão atender aquele registro da mulher no campo, é difícil, talvez na cidade anda mais rápido. [...] muitas das vezes eles fazem vista grossa, né, aí só se tiver mesmo um matando uns aos outros, eu acho que tem ainda um pouco de descaso por conta das nossas autoridades atender uma denúncia quando as mulheres do campo [...], até que eles levam a sério, tem horas que as vezes elas fazem a denúncia e eles: ah não tem viatura, a viatura ta não sei para onde. Então existe muito isso. (Entrevistada 4 – grifos nossos).

O que eu acho difícil...a dificuldade é o apoio! Para ela ter um apoio. Isso aí que é difícil. Porque talvez ela não tenha um apoio para ela procurar né. Porque não adianta a pessoa às vezes denunciar o outro e não ter uma acolhida para ele. Tem que ser né. Ela tem que denunciar, sabendo para onde ele vai, quem vai acolher ele. Por isso tem horas que é difícil. A pessoa sofre violência é por causa disso (Entrevistada 7 – grifos nossos).



O desafio do acesso das mulheres aos serviços de atendimento representa um obstáculo expressivo para o enfrentamento da violência, de acordo com as percepções das entrevistadas, a distância das comunidades rurais principalmente para o deslocamento da polícia é uma especificidade dessa problemática no meio rural, gerando o que a entrevistada 7 demarca que a “dificuldade é o apoio”. Somado às dificuldades de uma acolhida especializada e de uma escuta mais humanizada.

No processo de produção dos dados da pesquisa durante as entrevistas, ao serem indagadas sobre as sugestões de possibilidades para o enfrentamento as violências, a maioria das entrevistadas trouxe elementos que são desafios. O que nos permite perceber que as questões das possibilidades e dificuldades estão correlacionadas e por isso precisamos compreendê-las de forma interligadas, sendo elementos que compõem uma mesma realidade. Por conta disso, optamos em sistematizar as possibilidades apresentadas que são prioritariamente propostas mais diretas e objetivas para responder a necessidade do enfrentamento a essa problemática.

Dentre os elementos que foram apresentados como desafios também como possibilidades, temos: o fortalecimento das redes; criação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres; promoção de capacitações dos profissionais; cursos e momentos formativos para promoção da autonomia das mulheres; construção do diagnóstico da situação da violência doméstica no campo; desenvolver trabalho preventivo com os homens.

No que refere aos elementos que foram apresentados somente como possibilidades temos: a implantação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres; a utilização dos meios de comunicação pra sensibilizar, com destaque para a rádio que tem um alcance significativo dentre o público do meio rural; construir um coletivo grande e ter instâncias de atuação, que estejam diretamente relacionado com a integração entre as redes a nível nacional, estadual, regional e municipal; a promoção de iniciativas que contribuam para a autonomia das mulheres; realização de grupos de reflexão com as famílias; fomento à criação de grupos de mulheres; confecção de material informativo para os homens.

Acreditamos que para responder os desafios e construir as propostas apresentadas pelas trabalhadoras rurais em posição de liderança que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, é fundamental a auto-organização das mulheres em seus territórios de atuação. Em



destaque, no movimento sindical, mas também em outros ambientes, local de trabalho, categoria profissional, espaço comunitário, movimentos de mulheres e/ou feministas, grupos religiosos e/ou pastorais sociais, partidos políticos e demais organizações populares. Objetivando a luta por direitos, contra os retrocessos sociais e na construção de um projeto popular para o Brasil. Gonzalez (2020) contribui conosco ao afirmar que,

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos de modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (Gonzalez, 2020, p. 270).

Nesse sentido precisamos continuar a trilha dos caminhos da insistência, da teimosia, resistência e da persistência na realização das formações para elevar os níveis de consciência, promovendo processos educacionais e pautando a permanente articulação das redes de enfrentamento à violência. De modo a construir sociabilidades não hierarquizadas e relações de equidade, que construam diariamente a ruptura com o sistema capitalista, racista e sexista. Fortalecendo os grupos de mulheres cultivando a auto-organização delas em busca da construção da emancipação e da liberdade, dando sentido a luta feminista a partir do chão que pisamos e das condições de vida que temos. Apontando para o nosso horizonte que é uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver livre de violência, pois o “*Vale do Jequitinhonha que a gente quer, não tem violência contra a mulher*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a centralidade estratégica do tema dessa pesquisa perpassa também pela importância do Programa de Estudos Rurais, um programa de mestrado comprometido com as lutas sociais, com as problemáticas ambientais que afetam a região, com as formas de organização e de resistência do povo do Vale, por isso é um programa que cabe a nossa luta. O que não é diferente em relação a UFVJM, uma universidade que tive a realização de possibilidades de vários conhecimentos, estudos



e construções por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, que contribuiu significativamente para a minha identidade regional, para o meu sentimento de pertença e de defesa da região do Vale do Jequitinhonha.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, a questão da luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres foi uma pauta que acompanhei nos últimos anos e que acabou ocupando certa centralidade em minha vida, seja no âmbito pessoal, como também profissional e militante. Por isso, me vi enquanto sujeito social, com a necessidade e o compromisso de buscar contribuir para esta luta. Acredito no potencial da universidade como espaço de produção do conhecimento que possa auxiliar nos processos de reflexão acerca da realidade social vivida e dos desafios enfrentados pela população de um território, de uma região.

É importante evidenciar que essa pesquisa só foi possível ser realizada por meio das contribuições das trabalhadoras rurais que participaram. Os estudos acerca da categoria patriarcado permitiram-me compreender o quanto são enraizadas as relações de poder, dominação e exploração sobre a vida das mulheres, atravessando séculos da história. Além disso, a pesquisa reafirmou a necessidade da compreensão interligada das dimensões de raça, gênero e classe social, identificando como o racismo, o sexism e as violências são estruturais na sociedade.

Um ponto significativo da pesquisa consistiu na compreensão através do relato das trabalhadoras rurais entrevistadas, de que o fenômeno da violência no campo está presente para além da esfera doméstica, por ser estrutural, ela ocupa várias dimensões da sociedade. Estando presente, neste sentido, dentro do movimento sindical, desde as dificuldades para poder sindicalizar-se até os obstáculos para ocupar cargos e/ou espaços de direção. A pesquisa revelou como o processo de inserção das mulheres na entidade sindical, contribuiu para o fortalecimento da autonomia e do seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais.

Os resultados da pesquisa no que refere aos desafios para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir das percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas, aponta com centralidade a necessidade de aperfeiçoamento do atendimento prestado às vítimas, desde a prontidão perante o acionamento para uma ocorrência criminal, como também na oferta de uma escuta qualificada/humanizada sem julgamento e na adoção da prática do sigilo profissional. A questão do “apoio” às mulheres em situação de violência se constituiu como elemento resultante do processo



investigativo, expresso desde os esclarecimentos das informações para as vítimas, como também na construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no campo. Além disso, romper com medo e o silenciamento são outros desafios recorrentes.

Por meio do estudo do referencial teórico utilizado, reafirmou-se a importância da luta feminista para o processo de avanço dos direitos das mulheres. E dessa forma, a adoção da compreensão do fenômeno da violência como algo estrutural. Além disso, a pesquisa demonstrou a relevância das contribuições do feminismo negro, para a construção de um olhar sobre as particularidades das condições de vida as mulheres negras no Brasil e no Vale do Jequitinhonha. Além disso, o processo da pesquisa nos permitiu perceber como o feminismo branco e liberal influenciou a narrativa acerca das desigualdades de gênero, moldando construções hegemônicas na formação ideológica no seio da sociedade e na elaboração das políticas públicas.

A partir dos elementos apresentados, por meio das contribuições das trabalhadoras rurais participantes na pesquisa, esperamos que a pesquisa tenha contribuído para reafirmar, elucidar e evidenciar as reflexões sobre o fenômeno da violência como estrutural na sociedade, assumindo particularidades no âmbito doméstico no campo no Vale do Jequitinhonha. Com um olhar atento ao cenário regional correlacionando com os processos históricos e em sintonia com a força das mulheres que nos antecederam, bem como, com as mulheres que travam lutas diariamente na atualidade, podemos aprofundar as nossas análises e construir coletivamente as estratégias necessárias para avançar na luta pelo enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres nossa região. “*Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência esse é nosso dever. Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência e abuso de poder*”. (Cantoria Popular).

REFERÊNCIAS

- CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In. HIRATA, H.; et al (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP. 2009.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FETAEMG). **Cartilha 30 anos de Luta**. Belo Horizonte, 1998.
_____. **Boletim Comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres**



Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais. Edição Especial. Dia Internacional da Mulher. Belo Horizonte, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa:** Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GORENDR; J. **O Escravismo Colonial.** 6. ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GONZALEZ. L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A Mulher Negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Mulher Negra. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Discurso na Constituinte. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, J. B. Q.; SOUZA, F.F; NASCIMENTO, K. C.; OLIVEIRA, T. D. **Arquitetura Silenciosa da Violência:** reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências. FIH – UFVJM. 2019.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. MAIA, C, de J. Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004

MOURA, M. M. **Os camponeses.** São Paulo: Ática, 1988, 2ª ed..

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de Classes:** Muito e Realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, 2^a ed..

SANTOS, J. R. **O que é Racismo.** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.